



RETOMANDO JAMES HOLLAND EM UMA DISCUSSÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DE INTERVENÇÕES EM SISTEMAS DE PODER ESTRATIFICADOS

Lara Harumi Yoshimori (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Carlos Eduardo Lopes (Orientador).
E-mail: laraharumiy@gmail.com

Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área: Psicologia; subárea: Fundamentos e medidas da Psicologia

Palavras-chave: James Holland. Intervenções éticas. Instituições hierarquizadas.

RESUMO

James Holland foi um analista do comportamento que discutiu as implicações ético-políticas da ciência comportamental. Em 1970, Holland analisou os riscos da atuação de comportamentalistas em sistemas que havia diferença entre quem contratava a intervenção e quem era submetido a ela. Nesses sistemas hierarquizados, analistas do comportamento poderiam acabar mantendo relações de poder desequilibradas, acentuando a exploração. Quarenta anos mais tarde, Holland retomou essas discussões, mencionando cinco recomendações, em formato de perguntas, para que analistas do comportamento pudessem realizar intervenções em sistemas estratificados sem correr o risco de sustentar práticas exploratórias. Esta pesquisa buscou avaliar se as intervenções atuais de analistas do comportamento em instituições hierarquizadas são compatíveis com as recomendações de Holland. Para isso, foi realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica. As fontes da pesquisa foram artigos publicados na revista *Behavior Analysis in Practice* – um periódico voltado para trabalhos práticos, acreditado pela *Association for Behavior Analysis International* (ABAI). Para a seleção, foram consideradas três palavras chaves: *Institution*, *Prisoner* e *Employee*. Os textos de natureza teórica ou histórica e que não apresentavam intervenção em instituições hierarquizadas foram excluídos. Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados considerando as recomendações de Holland. Como resultado, a pesquisa mostrou que, em geral, as intervenções apresentam divergências quanto às recomendações do autor. Nesse sentido, as discussões ainda aparecem como atuais, indicando a necessidade de delineamento de intervenções que considerem (e evitem) os riscos de uma atuação que apoia práticas exploratórias.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, James Holland (1975, 1978) alertou sobre os dilemas éticos das intervenções analítico-comportamentais, especialmente em sistemas hierárquicos, onde a desigualdade de poder pode transformar a intervenção em uma ferramenta de exploração para aqueles em posições subalternas.

Quarenta anos depois, Holland (2016) revisou suas ideias, propondo cinco perguntas essenciais para orientar a prática ética em ambientes estratificados:

1. Os participantes tiveram a chance real de interromper ou recusar atividades consideradas exploratórias?
2. Há espaço para os participantes terem uma voz ativa e a capacidade de alterar o curso da intervenção?
3. A intervenção alinha os interesses de todos os polos hierárquicos, expondo-os a contingências semelhantes?
4. Quem pode acessar os resultados da intervenção e com que frequência?
5. A intervenção evita o uso de punições e planeja a transição de reforçadores arbitrários para reforçadores naturais?

Partindo dessa proposta de Holland (2016), esta pesquisa buscou avaliar se atualmente intervenções analítico-comportamentais em sistemas hierarquizados têm considerado essas recomendações, evitando, assim, uma atuação profissional alinhada à manutenção do status quo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada foi de natureza teórico-bibliográfica, baseada em artigos científicos que descreviam intervenções analítico-comportamentais em instituições com hierarquia de poder. As fontes foram artigos da revista *Behavior Analysis in Practice*, acreditada pela *Association for Behavior Analysis International (ABAI)*. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: *Institution*, *Prisoner* e *Employee*.

Após a busca, foram recuperados 148 artigos, que continha pelo menos uma das palavras-chave. Desses, foram excluídos 139 artigos por serem de natureza teórica (ou histórica) e por não descreverem intervenções em sistemas hierarquizados. Restaram, portanto, nove artigos, que foram lidos na íntegra e seus dados analisados qualitativamente à luz das cinco perguntas de Holland (2016), com foco na dimensão ético-política das intervenções.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos nove estudos revelou que a maioria das intervenções não se alinhava plenamente às recomendações de Holland (2016). Considerando cada uma dessas recomendações, foram alcançados os seguintes resultados:

Participação ativa antes da intervenção: Apenas dois estudos demonstraram compatibilidade com esta recomendação. Em um deles, ocorrido em um sistema prisional, os participantes foram consultados sobre as atividades que gostariam realizar no intervalo, como parte da intervenção. No outro, em uma escola de dança, as bailarinas puderam escolher o comportamento-alvo. Nos demais estudos, a participação se limitou ao consentimento formal e à coleta de dados iniciais para linha de base.

Voz ativa durante a intervenção: Apenas um artigo, o do sistema prisional, permitiu a participação contínua dos participantes, que podiam sugerir alterações e liderar atividades. Nos outros estudos, os participantes eram passivos, sem poder de decisão sobre o rumo da intervenção; isso inclui um caso no qual eles podiam escolher reforçadores, uma vez que essa escolha não alterava as contingências potencialmente nocivas.

Exposição a contingências semelhantes: Nenhum dos artigos analisados cumpriu este critério. As relações de poder assimétricas foram reproduzidas em todas as intervenções. Por exemplo, na escola de dança, a professora que contratou o serviço não estava sujeita às mesmas avaliações semanais impostas às alunas, o que levou a uma sobrecarga de treino. Se as contingências tivessem sido compartilhadas com a professora, a intervenção provavelmente teria sido ajustada para evitar essa sobrecarga.

Acesso aos dados: Em quatro dos nove artigos, os dados de desempenho comportamental foram usados como uma ferramenta de *feedback* para modelagem do comportamento, e não como uma forma de permitir que os participantes analisassem criticamente suas próprias mudanças. Essa abordagem limita a autonomia e o uso ético-político das informações.

Controle aversivo e reforçadores naturais: Apenas dois artigos (o do sistema prisional e o de um hospital de reabilitação) alinharam-se a esta recomendação. Nos demais, foi observada a utilização de punição (mesmo que branda) e a ausência de um plano explícito para substituir os reforçadores arbitrários por reforçadores naturais, o que pode perpetuar o monopólio de reforçadores por parte da gerência ou de quem detém o poder.

CONCLUSÕES

Embora algumas intervenções apresentem pontos de convergência com algumas das recomendações de Holland (2016), a maioria ainda falha em se adequar às suas proposições. Os resultados indicam que as intervenções em



ambientes hierarquizados ainda são permeadas por práticas que, se não reforçam abertamente as relações assimétricas de poder, fazem pouco para combatê-las. Desse modo, é possível concluir que as discussões de Holland permanecem atuais e reforçam a necessidade de que os analistas do comportamento considerem e tentem evitar, de forma explícita, os riscos de sustentar práticas exploratórias em suas intervenções.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq- Fundação Araucária- UEM por financiar essa pesquisa e tornar o projeto possível.

REFERÊNCIAS

HOLLAND, James G. Are behavioral principles for revolutionaries?. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [s. l.], v. 18, n.(esp.), p. 104-117, 2016. DOI <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.863>. Disponível em: <https://gedacmt.files.wordpress.com/2016/12/863-3487-1-pb.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

HOLLAND, James G. Behavior modification for prisoners, patients, and other people as a prescription for the planned society. **Revista Mexicana de Análisis de la Conducta**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 81-95, 1975. DOI 10.1177/003288557405400104. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232531684_Behavior_Modification_For_Prisoners_Patients_And_Other_People_As_A_Prescription_For_The_Planned_Society. Acesso em: 21 nov. 2023.

HOLLAND, James G. Behaviorism: Part of the problem or part of the solution?. **Journal of Applied Behavior Analysis**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 163-174, 1978. DOI 10.1901/jaba.1978.11-163. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/22491831_Behaviorism_Part_of_the_problem_or_part_of_the_solution. Acesso em: 17 jan. 2024.